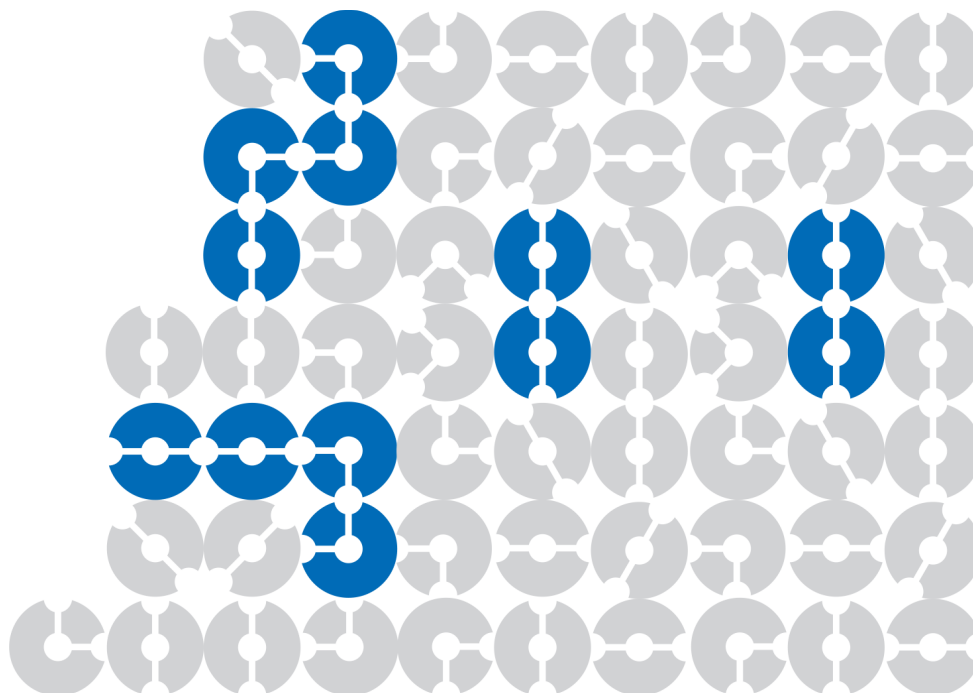


DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2016

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO 2016



Sumário

Balanco Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado.....	7
Demonstração do Resultado Abrangente.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Demonstração do Valor Adicionado.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	10
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
2.1 – Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade.....	11
2.2 – Base de mensuração.....	11
2.3 – Moeda funcional e de apresentação.....	11
2.4 – Uso de estimativas e julgamentos.....	11
NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	12
3.1 – Caixa e equivalentes de caixa.....	12
3.2 – Capital Social e Remuneração do Acionista.....	12
3.3 – Imobilizado.....	12
3.3.1 – Reconhecimento e mensuração.....	12
3.3.2 – Gastos subsequentes.....	13
3.3.3 – Depreciação.....	13
3.3.4 – Obras em Andamento.....	13
3.3.5 – Opção pelo custo atribuído (deemed cost).....	13
3.3.6 – Reavaliação de imóveis.....	13
3.4 – Ativos Intangíveis.....	14
3.4.1 – Gastos subsequentes.....	14
3.4.2 – Amortização.....	14
3.5 – Propriedade para investimento.....	14
3.6 – Redução ao valor recuperável de ativos (impairment).....	14
3.7 – Provisões.....	15
3.8 – Receita Operacional.....	15
3.9 – Receitas financeiras e despesas financeiras.....	15
3.10 – Tributos.....	15
3.11 – Ativos não circulantes a alienar.....	15
3.12 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA).....	15
3.13 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).....	15
3.14 – Determinação do valor justo.....	16
3.15 – Custo dos serviços prestados (CSP).....	16
3.16 – Eventos subsequentes (NBC TG 24).....	16
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
4.1 – Bancos Conta Movimento.....	16
4.2 – Fundo de Aplicação Financeira.....	16
NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA.....	16
NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES.....	17
6.1 – Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).....	17
NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	17
7.1 – IRPJ e CSLL a compensar.....	18

7.2 – PIS/PASEP e COFINS a compensar.....	18
7.3 – IRPJ e CSLL a recuperar.....	18
NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL	18
NOTA 9 – DESPESAS ANTECIPADAS.....	18
NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS.....	19
NOTA 11 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL.....	19
NOTA 12 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	19
12.1 – Ativo Fiscal Diferido.....	20
12.2 – Passivo Fiscal Diferido.....	20
NOTA 13 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO.....	20
13.1 – Créditos a Receber de Clientes.....	20
13.2 – Créditos a Receber de EFPC – SERPROS.....	21
NOTA 14 – OUTROS ATIVOS	21
NOTA 15 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO.....	21
NOTA 16 – IMOBILIZADO.....	21
16.1 – Movimentação do Imobilizado.....	22
16.2 – Movimentação da Depreciação.....	22
NOTA 17 – INTANGÍVEL.....	22
17.1 – Movimentação do Intangível.....	23
17.2 – Movimentação da Amortização.....	23
17.3 – Baixa de ativo intangível.....	23
NOTA 18 – CONSIGNAÇÕES.....	24
NOTA 19 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS.....	24
19.1 – IRPJ e CSLL.....	24
NOTA 20 – FORNECEDORES.....	25
NOTA 21 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS.....	26
21.1 – Obrigações com Pessoal.....	26
NOTA 22 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	26
NOTA 23 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS	27
23.1 – Processos classificados como possíveis de execução.....	28
23.2 – Contingência Tributária.....	28
NOTA 24 – RECEITA DIFERIDA.....	28
NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	28
25.1 – Capital Social.....	28
25.2 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis.....	29
25.3 – Prejuízos acumulados.....	29
NOTA 26 – RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	29
26.1 – Receita bruta e líquida.....	30
26.2 – Composição dos gastos na DRE.....	30
DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS.....	31
NOTA 27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	31
27.1 – Plano de Previdência Complementar.....	31
27.1.1 – Plano SERPRO I (PS-I).....	31
27.1.2 – Plano SERPRO II (PS-II).....	31
27.1.3 – Obrigações constituídas.....	31
27.2 – Benefícios pós-emprego.....	32
27.2.1 – Com relação ao PS-I.....	32

27.2.1.1 - Evento subsequente.....	32
27.2.2 – Com relação ao PS-II.....	33
27.2.3 – Premissas técnicas.....	33
27.3 – Auxílio-alimentação.....	34
27.4 – Programa de Assistência à Saúde: PAS/SERPRO.....	34
27.5 – Plano Odontológico.....	35
NOTA 28 – SEGUROS	35
NOTA 29 – PARTES RELACIONADAS.....	35
29.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes.....	35
NOTA 30 – CONTINGÊNCIA ATIVA.....	36
NOTA 31 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC.....	36
NOTA 32 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES.....	36
32.1 – Balanço Patrimonial.....	36
32.1.1 – Ativo Circulante.....	36
32.1.2 – Ativo Não Circulante.....	36
32.1.3 – Passivo Não Circulante.....	37
32.1.4 – Patrimônio Líquido.....	37
32.2 – Demonstração do Resultado do Exercício.....	38
32.2.1 – Receita Bruta.....	38
32.2.2 – Dedução das Receitas.....	38
32.2.3 – Despesas com Pessoal e Benefícios	38
32.2.4 – Despesas Operacionais.....	38
32.2.5 – Resultados com Créditos a Receber.....	39
32.2.6 – Resultados com Ações Judiciais.....	39
32.2.7 – Resultado financeiro	39
Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis.....	40
Anexo II – Legislação aplicável.....	41
Sumário de Siglas e Abreviaturas.....	42

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais

ATIVO	NE	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015	PASSIVO	NE	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
CIRCULANTE		621.382,6	614.056,4	CIRCULANTE		805.023,6	786.830,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	252.297,8	55.537,9	Consignações	18	76.626,7	75.442,5
Ativos Financeiros	5	262,3	782,0	Tributos e Encargos Sociais	19	94.545,5	90.677,0
Créditos a Receber		364.439,2	551.839,9	Depósitos Diversas Origens		977,5	837,9
Créditos a Receber de Clientes	6	134.725,3	396.493,0				
Créditos Tributários	7	164.015,5	132.125,6	Obrigações a Pagar		632.873,8	619.872,7
Ressarcimento de Pessoal	8	64.406,8	21.548,3	Fornecedores	20	307.999,9	304.938,7
Créditos Diversos a Receber		1.291,5	1.673,0	Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	21	280.238,6	267.594,3
				Plano de Previdência Complementar		44.627,5	47.339,7
Bens e Valores em Circulação		667,4	800,2	Outras Obrigações		7,8	0,0
Despesas Antecipadas	9	3.715,8	5.096,5				
NÃO CIRCULANTE		3.024.657,5	1.718.191,4	NÃO CIRCULANTE		2.430.541,7	741.234,1
Realizável a Longo Prazo		2.416.622,8	1.080.213,6	Fornecedores	20	1.455,0	2.616,0
Depósitos Judiciais e Recursais	10	262.342,0	271.063,1	Obrigações Tributárias	22	91.232,7	53.034,6
Ressarcimento de Pessoal	11	1.636.108,0	470.683,2	Provisões Trabalhistas e Cíveis	23	1.754.564,2	439.802,6
Créditos Tributários	12	457.701,5	277.995,9	Plano de Previdência Complementar	27.2	579.397,3	239.704,7
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	13	60.366,2	60.366,2	Receita Diferida	24	3.396,3	5.580,2
Outros Ativos	14	105,1	105,1	Outras Obrigações		496,1	496,1
Investimento	15	246,0	246,0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		410.474,8	804.183,8
Imobilizado	16	492.621,8	513.334,8	Capital	25.1	1.061.004,8	1.061.004,8
Intangível	17	115.166,9	124.397,1	Reservas de Reavaliação	25.2	138.214,2	138.214,2
				Outros Resultados Abrangentes	32.1.4	(479.133,2)	(149.896,7)
				Prejuízos Acumulados	25.3	(309.611,0)	(245.138,6)
TOTAL DO ATIVO		3.646.040,1	2.332.247,8	TOTAL DO PASSIVO		3.646.040,1	2.332.247,8

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	NE	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26.1	2.138.332,7	1.887.706,6
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	26.2	(1.118.442,7)	(1.035.921,7)
LUCRO BRUTO		1.019.890,0	851.784,9
DESPESAS OPERACIONAIS (exceto resultado financeiro)	26.2	(1.201.698,5)	(1.291.022,5)
Despesas com Pessoal e Benefícios		(835.446,6)	(775.160,2)
Depreciação e Amortização		(44.718,5)	(39.994,8)
Locação		(19.603,8)	(18.739,7)
Manutenção		(41.694,3)	(39.215,5)
Serviços de Comunicação		(2.103,6)	(5.029,1)
Serviços Profissionais e Contratados		(47.242,0)	(54.706,4)
Serviços Públicos		(14.840,6)	(14.283,5)
Resultado com Créditos a Receber	32.2.5	(8.004,4)	(254.048,5)
Despesas Tributárias Diversas		(4.279,0)	(4.033,0)
Materiais		(4.295,7)	(4.683,6)
Outras Despesas/Receitas		6.966,4	2.098,3
Resultado com Ações Judiciais	32.2.6	(186.436,2)	(83.226,6)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(181.808,5)	(439.237,6)
RESULTADO FINANCEIRO	32.2.7	(37.242,5)	(28.383,5)
Despesas Financeiras		(50.072,1)	(36.103,2)
Receitas Financeiras		12.829,6	7.719,7
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS DIFERIDOS		(219.051,0)	(467.621,1)
TRIBUTOS DIFERIDOS		59.398,7	111.829,0
RESULTADO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	26	(159.652,3)	(355.792,1)
RESULTADO ATUARIAL DO EXERCÍCIO – BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	27.2	(2.658,7)	0,0
Receita/Despesa Atuarial – Benefício pós-emprego		(4.028,3)	
Tributos Diferidos sobre resultado atuarial		1.369,6	
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	26	(162.311,0)	(355.792,1)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(162.311,0)	(355.792,1)
Resultado das Atividades Empresariais	(159.652,3)	(355.792,1)
Resultado Atuarial do Exercício – Benefício Pós Emprego	(2.658,7)	0,0
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(329.236,5)	(148.264,5)
Ajustes de instrumentos financeiros	(519,7)	531,6
Cálculo atuarial – Benefícios pós-emprego	(498.055,7)	(225.448,8)
Tributos diferidos sobre cálculo atuarial	169.339,0	76.652,6
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	(491.547,5)	(504.056,6)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
Atividades Operacionais	323.811,9	147.832,1
Recebimentos de clientes	2.464.504,5	1.907.073,7
Recebimentos de clientes de exercícios anteriores	386.414,9	367.831,2
Ressarcimento de pessoal requisitado	256.145,2	235.696,5
Outros recebimentos	36.856,9	26.797,5
Receita de compensação tributária	134.950,4	113.974,9
Rendimentos de aplicações	6,2	8,1
Tributos e encargos, inclusive compensação tributária	(594.723,0)	(424.724,2)
Pessoal e encargos, inclusive compensação tributária	(1.939.240,1)	(1.709.525,5)
Sentenças judiciais	(50.817,1)	(28.289,8)
Pagamentos a fornecedores	(370.285,8)	(341.010,4)
Atividades de Investimento	(127.051,9)	(123.119,2)
Imobilizado/ Intangível	(127.051,9)	(123.119,2)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	196.760,0	24.712,8
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	55.537,9	30.825,0
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	252.297,8	55.537,9

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais

	DEZEMBRO 2016		DEZEMBRO 2015	
	Valor	%	Valor	%
RECEITAS	2.592.640,6	134,6	1.979.060,9	141,2
Vendas de Serviços	2.605.219,3	135,3	2.318.250,1	165,5
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.004,4)	(0,4)	(254.048,5)	(18,1)
Descontos Concedidos	(1.132,8)	(0,1)	(84.891,6)	(6,1)
Vendas Canceladas	(3.441,4)	(0,2)	(249,2)	(0,0)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(347.681,1)	(18,0)	(366.767,3)	(26,2)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.244.959,5	116,6	1.612.293,5	115,1
RETENÇÕES	(331.734,3)	(17,2)	(218.905,1)	(15,6)
Depreciações e Amortizações	(141.269,8)	(7,3)	(135.678,4)	(9,7)
Resultados com Ações Judiciais	(186.436,2)	(9,7)	(83.226,6)	(5,9)
Resultado atuarial – Benefícios Pós Emprego	(4.028,3)	(0,2)		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.913.225,2	99,3	1.393.388,5	99,4
VALOR ADICIONADO EM TRANSFERÊNCIA	12.829,6	0,7	7.719,7	0,6
Receitas Financeiras	12.829,6	0,7	7.719,7	0,6
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.926.054,8	100,0	1.401.108,2	100,0
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	1.561.073,3	81,1	1.426.022,4	101,8
Governo (Impostos e Contribuições)	527.292,5	27,4	327.186,3	23,4
Capitais de Terceiros	0,0	0,0	0,0	0,0
Capital Próprio	(162.311,8)	(8,4)	(352.100,5)	(25,1)
Acionista (Juros sobre Dividendos de Exercícios Anteriores)	0,0	0,0	3.691,6	0,3
Resultado das Atividades Empresariais	(159.652,3)	(8,3)	(355.792,1)	(25,4)
Resultado Atuarial – Benefício Pós Emprego	(2.658,7)	(0,1)		
Distribuição do valor adicionado	1.926.054,8	100,0	1.401.108,2	100,0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva Estatutárias	Retenção de Lucros	Reserva Especial de Dividendos	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.061.004,8	138.214,2	5.188,1	5.188,1	68.741,9	27.843,8	-	(1.632,2)	1.304.548,8
Lucro Líquido (prejuízo)	-	-	-	-	-	-	(355.792,1)	-	(355.792,1)
Outros Resultados Abrangentes									
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	531,6	531,6
Cálculo atuarial – Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(225.448,8)	(225.448,8)
Tributos sobre cálculo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	76.652,6	76.652,6
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	(355.792,07)	(148.264,5)	(504.056,6)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido									
Compensação do prejuízo	-	-	(5.188,1)	(5.188,1)	(68.741,9)	(31.535,4)	110.653,5	-	-
Juros sobre Reserva Especial de Dividendos	-	-	-	-	-	3.691,6	-	-	3.691,6
Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.061.004,8	138.214,2	-	-	-	-	(245.138,6)	(149.896,7)	804.183,8
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	(64.472,4)	-	(64.472,4)
Resultado das Atividades Empresariais	-	-	-	-	-	-	(159.652,3)	-	(159.652,3)
Resultado Atuarial Líquido – Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	-	-	(2.658,7)	-	(2.658,7)
Cálculo atuarial – compensação de lucros anteriores	-	-	-	-	-	-	148.240,3	-	148.240,3
Tributos sobre cálculo atuarial	-	-	-	-	-	-	(50.401,7)	-	(50.401,7)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(329.236,5)	(329.236,5)
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(519,7)	(519,7)
Cálculo atuarial – Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(498.055,7)	(498.055,7)
Tributos sobre cálculo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	169.339,0	169.339,0
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	(64.472,4)	(329.236,5)	(393.708,9)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.061.004,8	138.214,2	-	-	-	-	(309.611,0)	(479.133,2)	410.474,8

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma empresa pública independente, com capital social pertencente à União, vinculada ao MF, com personalidade jurídica de direito privado, tendo sido constituída pela Lei nº 4.516/1964, substituída pela Lei nº 5.615/1970, com estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.791/2009. A sede da empresa localiza-se em Brasília-DF.

A empresa está envolvida, prioritariamente, na prestação de soluções digitais para o setor público e a sociedade, que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo.

O principal mercado de atuação da empresa é o de soluções para a gestão das finanças públicas, tendo o Ministério da Fazenda como principal cliente. Outro segmento igualmente importante são as ações estruturadoras e integradoras da Administração Pública Federal, cuja gestão e articulação compete ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o SIAFI, SPED, Sistemas Tributários, Passaporte Brasileiro, SIGEPE, SISCOMEX, Sistema de Notificação Eletrônica (DENATRAN) e Gestão de Margem Consignável.

Em 2016 a empresa estruturou seu portfólio de soluções em três linhas de negócio, compostas por produtos e serviços de interesse do mercado público e privado, e que agregam benefícios para a sociedade e inovação no uso dos dados de governo:

- **Serviços sob Medida:** caracteriza-se por fornecer atendimento personalizado e abriga grande parte dos serviços já prestados para os clientes tradicionais. São soluções tecnológicas desenvolvidas para atender necessidades específicas de cada cliente;
- **Serviços de Informação:** voltada para o mercado público e privado, essa linha oferece serviços de tratamento e disponibilização de informações a partir do cruzamento de dados. Além disso, oferece serviços de governança da informação: aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações;
- **Serviços em Nuvem:** direcionada para o mercado público e privado, essa linha de negócio tem como característica produtos padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão, que são características dos serviços em nuvem.

O reposicionamento empresarial e a reestruturação do portfólio de serviços contribuem para ampliar o reconhecimento do Serpro, além da visão consolidada de uma organização responsável por grandes sistemas estratégicos do Estado Brasileiro.

Para atender seus clientes a empresa possui robusta infraestrutura para hospedagem de soluções digitais, e uma rede de comunicações que oferece meios de

alta velocidade para interligação de seus clientes e acesso a partir de todo o território nacional e exterior, atendendo a requisitos de elevada disponibilidade e segurança. Em 2016 o foco de investimentos foi na racionalização do uso dos recursos disponíveis, mantendo os níveis de serviços oferecidos e ampliando a capacidade de atendimento.

Tais aspectos são fruto do modelo de planejamento estratégico, que foi revisado para suportar as mudanças do direcionamento empresarial e para oferecer indicadores consistentes para monitoramento e avaliação dos resultados. Nesse sentido, a visão da empresa a partir do novo modelo de planejamento é **“ser líder em soluções digitais para governo e sociedade”**, tendo como missão **“conectar governo e sociedade com soluções digitais”**.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 – Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo CPC, referendados pelo CFC e pela CVM, em conformidade com o conjunto de leis, normas e princípios que integram a contabilidade brasileira (BRGAAP).

De acordo com a NBC TG 26 (R4), as demonstrações contábeis devem ser analisadas em conjunto com as publicadas no último exercício encerrado.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2016, foi autorizada pela Diretoria da empresa em reunião realizada em 21 de março de 2017. As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho Diretor em reunião conjunta com o Conselho Fiscal em 23 de março de 2017, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2017.

2.2 – Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

2.3 – Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas sobre premissas e estimativas, que possuem um risco significativo, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 5 – Ativos Circulantes Mantidos para Venda;

Notas 6 e 13.1 – Créditos a Receber de Clientes;

Nota 16 – Imobilizado;

Nota 27 – Benefícios a Empregados; e

Nota 23 – Provisões Trabalhistas e Cíveis.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações dos exercícios anteriores foram reclassificadas.

O SERPRO processa todas suas movimentações financeiras e registros contábeis no SIAFI, portanto está limitado à data de 13 janeiro de 2017, determinada pela STN, para conclusão dos registros contábeis do exercício.

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até noventa dias. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 – Capital Social e Remuneração do Acionista

O capital social do SERPRO pertence integralmente à União. O dividendo mínimo obrigatório, previsto no Inciso II do Art. 19 do estatuto do SERPRO, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária. Em 2016, não houve distribuição em função do prejuízo do período.

3.3 – Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais.

3.3.1 – Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo.

Software adquirido, que seja parte da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte do ativo.

3.3.2 – Gastos subsequentes

São incorporados somente nos casos em que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos para a entidade. Gastos incorridos com manutenção ou reparos recorrentes, estes são reconhecidos no resultado do exercício.

3.3.3 – Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são definidas pelos gestores, conforme especificidade do ativo. Em média, foram assim estimadas:

Instalações	10 anos
Equipamentos de processamento de dados	2 – 5 anos
Máquinas e equipamentos	2 – 5 anos
Móveis e utensílios	3 – 10 anos

Quanto aos edifícios, a vida útil atribuída na reavaliação (nota 3.3.6) considerou a tabela do Imposto de Renda. Nesse sentido, aplicou-se o prazo de 25 anos para os itens deste ativo, sem determinação de valor residual. Em essência, a vida útil média dos edifícios do SERPRO é superior a 50 anos, tendo como pressuposto a continuidade da empresa e a consequente geração de benefícios econômicos.

Desta forma, antes da aplicação das novas normas de contabilidade, os edifícios foram depreciados a uma taxa superior e incorreram em uma base de cálculo também superior ao que deveria ocorrer, reduzindo o valor contábil dos bens.

As edificações constantes do ativo imobilizado estão abaixo, inclusive, do valor que seria obtido com a venda destes no fim de suas vidas úteis, ou seja, são inferiores a seus valores residuais. Em conformidade com a ITG 10, bem como com a NBC TG 27 (R3), não se reconhece depreciação caso o valor residual supere o valor contábil.

3.3.4 – Obras em Andamento

Representam o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. À medida que forem concluídas e entrarem em operação, as obras serão reclassificadas em conta específica e submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial.

3.3.5 – Opção pelo custo atribuído (*deemed cost*)

No exercício de 2010, o SERPRO optou pela não aplicação do custo atribuído a seu imobilizado, uma vez que absorve constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica, nos termos da NBC TG 37 (R4).

3.3.6 – Reavaliação de imóveis

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, baseada em laudos de avaliadores independentes, em virtude da defasagem entre os valores patrimoniais contabilizados e de mercado, de acordo com as normas contábeis

vigentes à época. O saldo da reavaliação da empresa será mantido até sua total realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda, que é facultada pela Lei nº 11.638/2007 e NBC TG 13. Destaca-se que a atual legislação não permite a utilização do instrumento de reavaliação.

3.4 – Ativos Intangíveis

Cessões de direito de uso e licenças de uso de *software* estão contabilizadas no grupo intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a *software* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

3.4.1 – Gastos subsequentes

São incorporados ao ativo somente quando implicam aumento de benefícios econômicos futuros. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de *software*, são reconhecidos no resultado.

3.4.2 – Amortização

É efetuada com base no método linear, sendo reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data que estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são:

Cessão de direito de uso de software	3 – 5 anos
Licença de uso de software	1 – 5 anos

3.5 – Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo, sendo aplicado o teste de recuperabilidade anualmente. A redução no valor justo ou ganhos e perdas na alienação são reconhecidos no resultado.

3.6 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros (bens móveis, imóveis, terrenos e ativos intangíveis) são revistos para a indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra, o valor é estimado, levando-se em conta as circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas.

Em 2016, não há registro de qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no ativo imobilizado. Em virtude disto, não houve estimativa de valores a reduzir por imparidade, dispensando a realização do teste.

Além dos imóveis, os ativos de maior representatividade na empresa são utilizados na prestação de serviços aos clientes. Em 2016, não foi apontada pelas áreas responsáveis pela prestação de serviços qualquer indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, sendo dispensável a realização do teste de redução ao valor recuperável, nos termos da NBC TG 01 (R3).

3.7 – Provisões

São reconhecidas se a entidade tem uma obrigação presente, associada a um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro.

3.8 – Receita Operacional

A receita com prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no registro de produção efetuado pelas unidades de relacionamento com clientes. O registro de produção reflete o valor justo avençado contratualmente entre as partes, nos termos da NBC TG 30.

3.9 – Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas de juros sobre fundos investidos, juros sobre créditos tributários e descontos financeiros obtidos junto a fornecedores.

As despesas financeiras são compostas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a EFPC – SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

3.10 – Tributos

São adotadas as seguintes práticas:

i) os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do IRPJ e da CSLL;

ii) as alíquotas do ISS variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (LC 116/2003);

iii) as contribuições PIS/PASEP (0,65% e 1,65%) e COFINS (3% e 7,6%) estão registradas pelo regime da cumulatividade e não-cumulatividade;

iv) a alíquota do INSS patronal sofreu elevação em dezembro de 2015, passando de 2,0% para 4,5% sobre a receita.

3.11 – Ativos não circulantes a alienar

Os ativos não circulantes são classificados como bens a alienar, se for altamente provável que serão alienados.

As desmobilizações são realizadas por meio de leilões e de doações a entidades públicas parceiras do SERPRO, assim como a instituições de ensino do poder público.

Uma vez classificados como bens a alienar, os ativos não são mais depreciados.

3.12 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi elaborada nos termos da NBC TG 09, sendo apresentada como parte das demonstrações contábeis.

3.13 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considerou as faturas vencidas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na nota 6.1.

3.14 – Determinação do valor justo

Os ativos e passivos devem ser demonstrados e divulgados pelos seus valores justos, conforme métodos e premissas divulgadas nas notas específicas.

3.15 – Custo dos serviços prestados (CSP)

No exercício 2016, iniciou-se o processo de evidenciação do custo dos serviços prestados, que se refere àqueles gastos apropriados à prestação de serviços a clientes. Na DRE, os gastos estão distribuídos entre o CSP e as despesas operacionais.

3.16 – Eventos subsequentes (NBC TG 24)

Considerados os eventos ocorridos entre o encerramento do exercício e a publicação das demonstrações contábeis para aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Nesse período, a diretoria da empresa autoriza a emissão das demonstrações, a serem apreciadas pelos Conselhos Diretor e Fiscal, que emitem pareceres específicos. Após manifestação dos conselhos, em caso favorável, as demonstrações estão aptas a serem publicadas para aprovação da AGO.

As demonstrações contábeis são apresentadas com os efeitos de eventos subsequentes ao período contábil que originam ajustes, com nota explicativa específica do item afetado.

ATIVO

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão assim discriminados:

Em milhares de R\$

Discriminação	2016	2015
Bancos c/ Movimento	251.138,6	55.484,8
Fundo de Aplicação Financeira *	1.159,3	53,1
TOTAL	252.297,8	55.537,9

* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias

4.1 – Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros disponíveis, depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

4.2 – Fundo de Aplicação Financeira:

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação, aplicadas no Banco do Brasil (FAE), que são lastreadas em títulos públicos (Resolução CMN nº 3.284/2005 alterada pela Resolução nº 4.034/2011 e legislação subsequente).

NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

A partir de 1991, a empresa passou a estimar as perdas prováveis (Decreto nº 101/1991), devido a considerável queda do valor das cotas, de modo a demonstrar o valor justo do ativo. Para fins fiscais, esta estimativa é indedutível.

Estes ativos representam cotas dos seguintes fundos de investimentos: i) FINOR, com 306.290.783 cotas escriturais, sem prazo de vencimento; ii) FINAM, com o total de 2.420.110.239 cotas, emitidas ao longo de vários exercícios, também sem vencimento definido. O valor das cotas é atualizado mensalmente pelo preço de fechamento da BOVESPA.

Em milhares de R\$

Discriminação	2016	2015
Incentivos Fiscais FINAM/FINOR	9.864,9	9.864,9
Correção Monetária Lei 8.200/91	28,9	28,9
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.631,5)	(9.111,8)
TOTAL	262,3	782,0

NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes no valor de R\$ 153,6 milhões (R\$ 402,2 milhões em 2015) estão apresentadas no balanço deduzidas da PECLD, estimadas em R\$ 18,9 milhões (R\$ 5,7 milhões em 2015).

Em milhares de R\$

Descrição	A vencer	Vencidas	Total	% de Vencidas
Clientes - Circulante	58.525,8	95.094,6	153.620,4	56,56%
PECLD (nota 6.1)	0,00	(18.895,1)	(18.895,1)	
Valor Líquido	58.525,8	76.199,5	134.725,3	

6.1 – Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

É estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes, de acordo com o risco de não recebimento, avaliado em R\$ 18,9 milhões (R\$ 5,7 milhões em 2015).

Desde 2015, os valores vencidos há mais de um ano passaram a compor a PECLD, em regra. Deles são excluídos aqueles valores que tenham expectativa de recebimento com base no relacionamento com os clientes.

Em milhares de R\$

Discriminação	2016	2015
Saldo Inicial	5.676,2	7.202,0
Constituição/Reversão	13.218,9	(1.525,7)
TOTAL	18.895,1	5.676,2

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo dos créditos tributários de curto prazo é de R\$ 164,0 milhões (R\$ 132,1 milhões, em 2015), assim distribuídos:

Em milhares de R\$

Discriminação	2016	2015
IRPJ/CSLL a Compensar	161.890,5	129.999,6
PIS-PASEP/COFINS a Compensar	1.543,7	1.543,7
IRPJ/CSLL a Recuperar (ajuste de exercícios anteriores)	581,3	581,3
Créditos Fiscais Diversos	0,0	0,9
TOTAL	164.015,5	132.125,6

7.1 – IRPJ e CSLL a compensar

O saldo de R\$ 161,9 milhões refere-se às retenções na fonte, efetuadas pelos clientes (Leis 9.430/1996 e 10.833/2003). Mensalmente, confrontam-se os valores devidos de IRPJ e CSLL com os valores retidos, não havendo valor a pagar caso a retenção seja superior.

Estes valores se acumulam no decorrer do ano, sendo utilizados como dedução de IRPJ/CSLL anual. Considerando-se não haver valor a pagar na apuração dos impostos em 2016, o saldo foi constituído como crédito tributário, que será utilizado na compensação de tributos administrados pela RFB.

7.2 – PIS/PASEP e COFINS a compensar

O saldo de R\$ 1,5 milhão decorre de pagamentos realizados a maior em dezembro/2007, por meio de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano de 2007. Tais créditos são oriundos de nova apuração, devido a inclusão de despesas na composição dos créditos, que reduzem a base de cálculo destas contribuições.

A compensação desses créditos não é possível no momento, pois a RFB não homologou integralmente as declarações de compensação do ano-calendário de 2007. Atualmente, o processo encontra-se no CARF, até posicionamento do recurso voluntário apresentado pelo SERPRO, buscando a disponibilidade do saldo remanescente.

7.3 – IRPJ e CSLL a recuperar

O saldo de R\$ 581,3 mil refere-se à apresentação líquida desses tributos, calculados à alíquota de 34% sobre os ajustes de exercícios anteriores, que foram efetuados em 2015.

NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 2.685 empregados cedidos a órgãos do Governo, em sua maioria lotados no MF. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos órgãos cessionários o reembolso dessas despesas.

Trata-se de valores a receber, tendo por base as NR enviadas aos órgãos cessionários. Os valores pendentes de recebimento totalizam R\$ 64,4 milhões (R\$ 21,5 milhões, em 2015), dos quais R\$ 8,0 milhões de exercícios anteriores e R\$ 56,4 milhões referentes a 2016.

NOTA 9 – DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de serviços de subscrição e suporte técnico de *software* no valor de R\$ 3,7 milhões (R\$ 5,1 milhões em 2015), que serão apropriados no decorrer do exercício seguinte.

NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

O saldo do grupo é de R\$ 262,3 milhões (R\$ 271,1 milhões, em 2015), constituindo-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista.

No caso das ações fiscais, correspondem a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do MANAD, o que resultou em multa de R\$ 6,2 milhões. O SERPRO interpôs recurso administrativo junto à PGFN, de modo que o valor se mantém depositado judicialmente até o julgamento final da ação (Instrução Normativa 787/2007).

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015
Depósitos Judiciais	221.198,5	231.378,9
Depósitos Recursais	34.793,0	33.333,6
Ações Fiscais e outras	6.350,6	6.350,6
TOTAL	262.342,0	271.063,1

NOTA 11 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O saldo de R\$ 1,6 bilhão refere-se aos créditos a receber junto a órgãos cessionários, assim compostos:

i) apropriação por competência de férias e licença prêmio (R\$ 37,3 milhões), que são classificados no ativo não circulante até a emissão das NR;

ii) valores históricos de desembolsos com sentenças judiciais do quadro de PSE (R\$ 149,7 milhões), que foram efetuados ao longo do tempo, e serão objeto de ressarcimento após trânsito em julgado dos processos;

iii) expectativa de recebimento das provisões trabalhistas relativas a PSE (R\$ 1,4 bilhão) (nota 23). Embora a União, por orientação da AGU, não possa reconhecer contabilmente a responsabilidade sobre essas provisões antes do trânsito em julgado dos processos, a expectativa de recebimento figura no balanço do Serpro.

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015
Apropriação por competência (a)	37.338,8	34.729,6
Férias	22.954,8	21.915,1
Licença-prêmio	14.384,0	12.814,5
Desembolsos com sentenças judiciais (PSE) (b)	149.748,2	173.737,4
Processo nº 2047/1989	120.820,2	120.820,2
Processo nº 2200-85.1993.5.02.0020	23.454,8	23.454,8
Processo nº 0178400-37.1990.503.0015	3.395,3	3.395,3
Processo nº 00232400-92.1991.5.03.0001	2.077,9	26.067,1
Provisões trabalhistas PSE (c)	1.449.021,1	262.216,1
TOTAL (a + b + c)	1.636.108,0	470.683,2

NOTA 12 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de R\$ 457,7 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 970,8 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 513,1 milhões), relativos a IRPJ e CSLL

sobre diferenças intertemporais.

12.1 – Ativo Fiscal Diferido

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015
Contingências trabalhistas	596.551,8	149.532,9
Benefícios pós-emprego – cálculo atuarial (PL e Passivo)	196.959,5	76.652,6
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	97.265,2	94.797,3
Licença-Prêmio	32.420,6	31.847,1
Plano de Previdência Complementar	12.450,3	9.822,1
Multas e juros	10.047,2	0,0
Provisão para perdas prováveis	3.226,6	3.049,9
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	21.930,3	21.930,3
TOTAL AFD	970.851,5	387.632,1

12.2 – Passivo Fiscal Diferido

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015
PFD sobre Processo Trabalhista – PSE (nota 11)	492.667,2	89.153,5
PFD sobre Provisão Ativa – LFTSC (nota 13.2)	20.482,7	20.482,7
TOTAL	513.149,9	109.636,2

NOTA 13 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015
Créditos a Receber de Clientes (nota 13.1)	267.178,8	273.139,2
PECLD (nota 6.1)	(267.178,8)	(273.139,2)
Créditos a Receber EFPC (nota 13.2)	60.243,3	60.243,3
Outros Créditos a Receber	122,9	122,9
TOTAL	60.366,2	60.366,2

13.1 – Créditos a Receber de Clientes

O saldo dos créditos a receber de clientes reduziu-se em R\$ 5,9 milhões, face ao recebimento de faturas apropriadas como PECLD (nota 6.1) anteriormente.

Em 2015, atendendo a recomendação da CGU, houve a contabilização de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 252,3 milhões, referente às faturas em avaliação de direito que se encontram para solução de controvérsia na AGU.

Em 2016, o restante dos créditos em avaliação de direito foi inteiramente transferido do ativo circulante para o não circulante, acompanhando o procedimento adotado para o conjunto das faturas que se encontram para solução de controvérsia na AGU. Tal alteração é motivada pela essência de ativo, cujo prazo de recebimento é

incerto. A PECLD desses créditos já estava constituída, não impactando os saldos do circulante ou não circulante.

13.2 – Créditos a Receber de EFPC – SERPROS

Em dezembro de 2013, houve o reconhecimento de R\$ 60,2 milhões, referentes às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. Trata-se de um ativo mensurado pelo valor incontroverso, conforme consta do processo judicial nº 023.06.38548-0, ajuizado pelo SERPROS contra o Estado de Santa Catarina.

Este ativo tem origem com a assinatura, em 22.02.2002, do segundo termo aditivo ao acordo SERPRO (patrocinadora) e SERPROS (EFPC) para parcelamento de aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano PS-I para o PS-II, onde a patrocinadora faz jus a 42,7% dos créditos relativos às LFTSC.

Este ativo é objeto de litígio entre a EFPC e o Estado de Santa Catarina. Destaca-se que a EFPC reconheceu em balanço, no exercício de 2013, o direito de seu recebimento, revertendo a PECLD constituída anteriormente. Reconheceu ainda a respectiva obrigação junto à patrocinadora, tomando-se por base parecer jurídico, no qual concluiu-se pela possibilidade de lançamento do valor incontroverso no balanço por não se tratar de ativo contingente.

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS

Descrição	Em R\$	
	2016	2015
Bens a alienar	6.457,35	6.457,35
Obras de Arte e Peças para Exposição	72.361,91	72.384,41
Ativos Financeiros	26.271,39	26.271,39
TOTAL	105.090,65	105.113,15

NOTA 15 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

O saldo de R\$ 246,0 mil refere-se ao reconhecimento inicial a valor justo, em 2015, de imóvel incorporado ao SERPRO devido a êxito em processo judicial.

Em laudo de 2016, o imóvel está avaliado em R\$ 400,0 mil, não cabendo reconhecimento da perda do valor recuperável, assim como a valorização do ativo, tendo em vista o impedimento legal de se registrar contabilmente a reavaliação de imóveis.

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil empresarial do bem.

Descrição	Saldo em 2016	Depreciação/ Amortização	Em milhares de R\$	
			Valor Líquido	
			2016	2015
Edifícios	140.711,4	(26.097,2)	114.614,3	110.776,0

Descrição	Saldo em 2016	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
			2016	2015
Terrenos	67.029,7	0,00	67.029,7	67.029,7
Estudos e projetos	2.539,1	0,00	2.539,1	2.545,7
Obras em andamento	57.762,4	0,00	57.762,4	73.034,0
Instalações	90.833,1	(46.290,2)	44.542,9	31.941,6
Benf. em prop. terceiros	1.366,4	(667,0)	699,4	283,7
Correção IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,7	16.678,7
Bens móveis	822.639,9	(633.884,5)	188.755,3	211.045,4
TOTAL	1.202.091,7	(709.469,9)	492.621,8	513.334,8

16.1 – Movimentação do Imobilizado

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2015	Adições	Conclusão de Obras	Alienações	Baixas	Transferência	Saldo em 2016
Edifícios	136.873,1	624,3	6.340,1	0,0	0,0	(3.126,2)	140.711,4
Terrenos	67.029,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	67.029,7
Estudos e projetos	2.545,7	110,8	0,0	0,0	0,0	(117,3)	2.539,1
Obras em andamento	73.034,1	1.502,4	(18.261,4)	0,0	(11,8)	1.499,2	57.762,4
Instalações	71.689,4	4.528,2	11.463,4	0,0	0,0	3.152,1	90.833,1
Benfeit. em prop. terceiros	520,8	0,0	457,9	0,0	0,0	387,7	1.366,4
Correção IPC/90	19.209,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19.209,6
Bens móveis	855.129,0	50.818,8	0,0	(81.437,2)	(75,1)	(1.795,5)	822.639,9
TOTAL	1.226.031,4	57.584,5	0,0	(81.437,2)	(86,9)	0,0	1.202.091,7

16.2 – Movimentação da Depreciação

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2015	Depreciação	Alienações	Baixas	Saldo em 2016
Edifícios	(26.097,2)	0,0	0,0	0,0	(26.097,2)
Instalações	(39.747,8)	(6.542,4)	0,0	0,0	(46.290,2)
Benfeit. em Prop. Terceiros	(237,1)	(429,9)	0,0	0,0	(667,0)
Correção IPC/90	(2.531,0)	0,0	0,0	0,0	(2.531,0)
Bens Móveis	(644.083,5)	(71.071,5)	81.270,5	0,0	(633.884,5)
TOTAL	(712.696,6)	(78.043,8)	81.270,5	0,0	(709.469,9)

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela RFB.

NOTA 17 – INTANGÍVEL

O saldo atual do intangível corresponde a licenças de *software* e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. São *software* de terceiros com vida útil definida, mensurados

pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se aos prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Do total do intangível (R\$ 115,2 milhões), destaca-se que 92% concentram-se nas unidades de Brasília e São Paulo, os dois principais centros de dados da empresa.

Em milhares de R\$

Regional	Saldo em 2016	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2016	2015
Brasília	275.808,2	(216.279,9)	59.528,3	54.264,4
São Paulo	208.356,6	(157.994,3)	50.362,3	59.593,9
Sede	21.384,2	(20.818,9)	565,3	1.811,3
Rio de Janeiro	15.134,1	(12.501,3)	2.632,8	6.413,8
Outras	4.820,2	(2.742,0)	2.078,2	2.313,8
TOTAL	525.503,3	(410.336,4)	115.166,9	124.397,1

17.1 – Movimentação do Intangível

Em milhares de R\$

Regional	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Saldo em 2016
Brasília	240.429,1	35.652,9	(273,8)	275.808,2
São Paulo	189.831,9	18.524,8	0,0	208.356,6
Sede	22.198,5	39,7	(854,0)	21.384,2
Rio de Janeiro	15.005,7	128,4	0,00	15.134,1
Outras	4.043,0	777,2	0,00	4.820,2
TOTAL	471.508,1	55.122,9	(1.127,8)	525.503,3

17.2 – Movimentação da Amortização

Em milhares de R\$

Regional	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Saldo em 2016
Brasília	(186.164,8)	(30.115,2)	0,00	(216.279,9)
São Paulo	(130.238,0)	(27.756,3)	0,00	(157.994,3)
Sede	(20.387,2)	(431,7)	0,00	(20.818,9)
Rio de Janeiro	(8.592,0)	(3.909,3)	0,00	(12.501,3)
Outras	(1.729,2)	(1.012,8)	0,00	(2.742,0)
TOTAL	(347.111,0)	(63.225,4)	0,00	(410.336,4)

17.3 – Baixa de ativo intangível

Em 2016, foi realizada a baixa de convênios firmados com universidades federais para estudo de desenvolvimento de serviços no valor de R\$ 1,2 milhão, que foram reavaliados como pesquisa.

PASSIVO**NOTA 18 – CONSIGNAÇÕES**

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica, além de tributos retidos de fornecedores, que perfazem R\$ 76,6 milhões (R\$ 75,4 milhões em 2015).

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015
Previdência Social	14.317,5	14.034,6
Pensão Alimentícia	19,3	14,1
IRRF	14.298,9	16.768,0
Tributos Federais Retidos	32.696,0	28.491,2
ISS	2.207,3	1.941,1
Plano de Previdência e Assist. Médica	8.300,0	9.502,9
Empréstimos, Retenções e Consignatários	4.787,7	4.690,4
TOTAL	76.626,7	75.442,5

NOTA 19 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Referem-se às obrigações a serem recolhidas, já deduzidas dos tributos a recuperar.

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015
PIS-COFINS	28.262,5	33.877,8
ISS a Recolher	42.404,8	37.334,4
FGTS	8.059,7	7.810,1
INSS	15.800,6	11.625,5
Outros tributos	17,9	29,2
TOTAL	94.545,5	90.677,0

Entre os exercícios de 2014 e 2016, foram efetuados acordos de parcelamento de débitos tributários, referentes ao ISS-SP e INSS, cujos saldos restantes montam R\$ 94,9 milhões e R\$ 11,5 milhões, respectivamente. Os valores vencidos, classificados no passivo circulante, somam R\$ 26,4 milhões e R\$ 3,4 milhões na mesma ordem.

Os valores são contabilizados em conta específica de tributos renegociados, já apropriados os juros e as multas calculados no processo de parcelamento. Estes serão dedutíveis na apuração de IRPJ e CSLL por ocasião do efetivo pagamento das parcelas.

19.1 – IRPJ e CSLL

Em 2016, em face de prejuízo fiscal (IRPJ) e de base de cálculo negativa (CSLL), não houve valores a pagar referentes a estes tributos.

Em milhares de R\$

Discriminação	2016	2015
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social (A)	(162.311,0)	(355.792,1)
(-) Reversão AFD 2014 (B)	0,0	1.471,4
Lucro Contábil antes do IR e Contribuição Social Ajustado (C = A - B)	(162.311,0)	(354.320,6)
(+) Adições (D)	1.824.832,8	860.383,3
(-) Exclusões (E)	(1.723.819,8)	(611.457,7)
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa (F = C + D + E)	(61.298,0)	(105.395,0)
(-) Compensação BC Negativa de CSLL (G)	0,0	0,0
Base de Cálculo da Contribuição Social (H = F - G)	(61.298,0)	(105.395,0)
Contribuição Social - Alíquota 9% (I = H x 9%)	0,0	0,0
(-) Antecipações (J)	(28.158,2)	(22.442,6)
Saldo a Compensar (K = I + J)	28.158,2	22.442,6
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL (ajustado) (L = C - I)	(162.311,0)	(354.320,6)
(+) Adições (M)	1.825.850,2	861.214,1
(-) Exclusões (N)	(1.723.819,8)	(611.457,7)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal (O = L + M + N)	(60.280,6)	(104.564,3)
(-) Compensação BC Negativa de PF (P)	0,0	0,0
Base de Cálculo do IRPJ (Q = O + P)	(60.280,6)	(104.564,3)
Imposto Devido (U = R + S + T)	0,0	0,0
(-) Antecipações (V)	(133.469,4)	(107.295,0)
Saldo a Compensar (W = U + V)	133.469,4	107.295,0

NOTA 20 – FORNECEDORES

Visando regularizar as dívidas vencidas, desde 2015 a empresa vem negociando parcelamento junto a fornecedores. O Serpro tem cumprido suas obrigações financeiras decorrentes desses acordos de parcelamento de dívidas. Entretanto, a situação de caixa não tem permitido honrar tempestivamente a totalidade dos compromissos mensais.

Em milhares de R\$

Descrição	2016		2015	
Fornecedores	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
A vencer	128.641,5	1.455,0	114.322,2	2.616,0
Vencidas	135.213,1	0,0	182.314,8	0,0
Acordo de Parcelamento	44.145,2	0,0	8.301,7	0,0
TOTAL	307.999,9	1.455,0	304.938,7	2.616,0

NOTA 21 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

No conjunto dessas obrigações no valor de R\$ 280,2 milhões (R\$ 267,6 milhões em 2015), merece registro a movimentação as seguintes rubricas: i) apropriação do incentivo do APA, cujo saldo é de R\$ 21,9 milhões; ii) baixa por pagamento de R\$ 18,9 milhões, referente ao ACT 2015/2016.

Em milhares de R\$

Discriminação	2016	2015
Pessoal a pagar	6.686,6	3.466,2
ACT 2015	0,0	18.855,8
APA	21.905,7	0,0
Férias (nota 21.1)	154.958,0	150.270,4
Licença prêmio (nota 21.1)	96.688,4	95.001,9
TOTAL	280.238,6	267.594,3

21.1 – Obrigações com Pessoal

Correspondem às apropriações de férias e licença-prêmio. No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração. A apropriação das despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)).

No encerramento do exercício, a estimativa é de que 4,01% dos empregados gozem o período de licença-prêmio. Este percentual é considerado para a apropriação dos encargos sobre a licença-prêmio, nos casos de conversão em pecúnia, de natureza indenizatória, não havendo incidência de impostos e encargos sociais.

Em milhares de R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	143.379,5	31.563,5	(19.985,0)	154.958,0
Licença – Prêmio	95.736,6	951,8	0,00	96.688,4
TOTAL	239.116,1	32.515,3	(19.985,0)	251.646,4

NOTA 22 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O conjunto das obrigações, vincendas após 12 meses do encerramento do exercício social, alcança R\$ 91,2 milhões (R\$ 53,0 milhões em 2015), assim constituídas:

i) PIS-PASEP/COFINS (R\$ 14,6 milhões), que se refere às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante;

ii) INSS Patronal (R\$ 8,1 milhões), que resulta da renegociação pelo prazo de 60 meses, restando o saldo de R\$ 11,5 milhões, do qual a quantia de R\$ 3,4 milhões está classificada no circulante;

iii) ISS-SP sobre a receita (R\$ 68,5 milhões), que decorre de parcelamentos pelo prazo de 60 meses, cujo saldo a pagar é de R\$ 94,9 milhões, do qual a quantia de R\$ 26,4 milhões está classificada no circulante.

Em milhares de R\$

Discriminação	2016	2015
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	14.614,2	14.727,8
INSS Renegociado	8.155,6	9.623,8
ISS Renegociado	68.463,0	28.683,0
TOTAL	91.232,7	53.034,6

NOTA 23 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, fidedignamente, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R1)). Em 2016, houve inclusão de novos processos e mudança de expectativa de realização, devido a alterações do *status* de alguns processos da condição de realização possível para provável.

O saldo líquido destas provisões ampliou-se para R\$ 305,5 milhões (R\$ 177,6 milhões em 2015), cujo impacto negativo líquido sobre o resultado alcançou R\$ 128 milhões. O total destas provisões perfaz R\$ 1,75 bilhão (R\$ 439,8 milhões em 2015), incluindo as apropriações dos processos do quadro de PSE no valor de R\$ 1,4 bilhão (R\$ 262,2 milhões em 2015) (nota 11).

Em milhares de R\$

Exercício	Provisão Passiva	Provisão ativa PSE	Valor Líquido
2015	439.802,6	262.216,1	177.586,5
2016	1.754.564,2	1.449.021,1	305.543,1
Resultado	(1.314.761,6)	1.186.805,0	(127.956,6)

O processo n.º 0204700-25.1989.5.02.0039 refere-se à reclamação trabalhista na qual 564 empregados do SERPRO cedidos à RFB, pleitearam diferenças salariais em razão de desvio de função.

O valor constante deste processo foi atualizado para R\$ 1,4 bilhão (R\$ 201,1 milhões, em 2015), em virtude do agravamento do risco processual e da alteração dos parâmetros de cálculo, especialmente, no que refere ao limitador temporal do período a ser considerado na execução. Destaque-se que a expectativa de reembolso integral foi registrada no ativo não circulante, portanto, anulando o impacto sobre o resultado do exercício da provisão deste processo.

Cumprе esclarecer que parte significativa do impacto negativo sobre o resultado do exercício refere-se ao reconhecimento da reclamação trabalhista n.º 0132000-50.1989.5.01.0016, que foi movida por empregados do quadro interno, cujo objeto trata de recuperação decorrente de reintegração à empresa. A provisão associada a esse processo perfaz R\$ 117,1 milhões, o que foi feito com base em parâmetros estabelecidos em parecer do MPT, emitido por ocasião do julgamento dos agravos de petição das partes ainda em curso.

A apropriação dessas provisões trabalhistas cumpre a norma contábil (NBC TG 25 (R1)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da empresa.

23.1 – Processos classificados como possíveis de execução

Além dos valores constantes do passivo, a Empresa está envolvida em 131 processos judiciais, cuja classificação está avaliada como de execução possível ou remota, no valor de R\$ 6,3 milhões.

Em milhares R\$

Provisões e Contingências Passivas – 2016						
Probabilidade de Perda	Total		Quadro Interno		Quadro Externo	
	Qtd	Valor	Qtd	R\$	Qtd	Valor
Possível – entre 15% a 50%	105	6.132,6	100	6.056,5	5	76,1
Remota – menor que 15%	26	266,5	25	260,6	1	5,9
Total	131	6.399,1	125	6.317,1	6	82,0

23.2 – Contingência Tributária

Existe uma litigância entre o SERPRO e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (Processo nº 50174658710), envolvendo suposto débito tributário de ICMS no valor de R\$ 250.357.047,77, de acordo com a certidão 350-01.519.608/2015. O SERPRO ajuizou ação civil ordinária nº 2658/DF junto ao STF, que emitiu decisão favorável de tutela antecipada, concedendo a suspensão de exigibilidade do crédito tributário, objeto do Auto de Infração nº 10.275/2010.

O valor não foi reconhecido no passivo pelo fato deste processo não ser classificado como de provável execução.

NOTA 24 – RECEITA DIFERIDA

Trata-se de faturamento de 2014 no valor de R\$ 7,7 milhões, cuja realização da receita se dá de forma concomitante à da despesa de depreciação e amortização de investimentos em *hardware* e *software*, referentes à implantação de serviços. Desde janeiro de 2015, o *hardware* aplicado (R\$ 4,8 milhões) e o *software* (R\$ 2,9 milhões) estão sendo depreciado (48 meses) e amortizado (36 meses), respectivamente, restando um saldo de R\$ 2,4 milhões e R\$ 971 mil na mesma ordem.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 – Capital Social

Em 2016, não houve variação do saldo do capital social.

Em milhares de R\$

Exercício	Descrição	Saldo
2008	Capital social aprovado no estatuto social DEC nº 6.791/2009	613.618,8
2008	Incorporação de reserva para riscos eventuais de 2007	3.645,7
2009	Incorporação de reserva para riscos eventuais de 2008	90,4
2011	Integralização parcial, conforme aporte MP nº 248-A de 28/12/2010	184.000,0
2012	Integralização parcial, conforme aporte MP nº 248-A de 28/12/2010	66.000,0
2014	Integralização de capital, conforme aporte Lei nº 12.942/2013	193.650,0
2015	Capital Social	1.061.004,8

25.2 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Foi constituída com base em laudo de reavaliação, efetuada em 2005. Desde dezembro de 2010, os imóveis não sofrem depreciação contábil (nota 3.3.6). O saldo de R\$ 138,2 milhões desta reserva será mantido até sua total realização (Lei nº 11.638/2007).

25.3 – Prejuízos acumulados

Considerando-se o prejuízo e os ajustes de exercícios anteriores, realizados em 2015, houve a completa reversão das reservas de lucros e constituição de prejuízos acumulados no valor de R\$ 245,1 milhões.

Em 2016, o saldo de prejuízos acumulados foi impactado pelo prejuízo do exercício e pelo reconhecimento de lucros acumulados de exercícios anteriores decorrentes de parecer atuarial (nota 27.2.1).

Em milhares de R\$

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(245.138,6)
Resultado das atividades empresariais	(159.652,3)
Resultado atuarial do exercício (líquido de tributos)	(2.658,7)
Cálculo atuarial – Compensação de Lucros de Exercícios Anteriores (a)	148.240,3
Tributos sobre cálculo atuarial (a) x 34%	(50.401,7)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(309.611,0)

NOTA 26 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2016, houve prejuízo decorrente das atividades empresariais de R\$ 159,7 milhões (R\$ 355,8 milhões em 2015). Após o reconhecimento de despesas decorrentes de estudo atuarial (R\$ 4,0 milhões), líquidas dos tributos diferidos (R\$ 1,4 milhão), o prejuízo líquido apurado foi de R\$ 162,3 milhões.

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015
Receita operacional Líquida	2.138.332,7	1.887.706,6
Custo dos serviços prestados	(1.118.442,7)	(1.035.921,7)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(1.238.941,0)	(1.319.406,0)
Créditos tributários diferidos	59.398,7	111.829,0
Resultado Líquido das atividades empresariais	(159.652,3)	(355.792,1)
Despesa atuarial do exercício – benefício pós-emprego	(4.028,3)	0,0
Tributos diferidos sobre receita atuarial	1.369,6	0,0
Resultado Líquido do Exercício	(162.311,0)	(355.792,1)

26.1 – Receita bruta e líquida

Em 2016, a receita bruta alcançou R\$ 2,6 bilhões, dos quais 84% referem-se a serviços de processamento de dados. Deduzindo-se tributos, descontos e vendas canceladas, a receita líquida é de R\$ 2,1 bilhões.

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015
Receita bruta	2.605.219,3	2.318.250,1
(-)ISS	(127.355,4)	(108.867,8)
(-)PIS-PASEP	(38.833,5)	(33.265,8)
(-)COFINS	(178.893,9)	(153.245,8)
(-)INSS Patronal	(117.085,9)	(49.873,7)
(-)ICMS	(143,6)	(149,8)
(-) Descontos concedidos	(1.132,8)	(84.891,6)
(-) Vendas canceladas	(3.441,4)	(249,2)
Receita Operacional Líquida	2.138.332,7	1.887.706,6

26.2 – Composição dos gastos na DRE

São distribuídos entre custo do serviço prestado (CSP) e despesas operacionais.

Em milhares de R\$

Descrição	2016			2015		
	CSP	Despesas	Total	CSP	Despesas	Total
Desp. Pessoal	(797.726,9)	(835.446,6)	(1.633.173,5)	(708.553,7)	(775.160,2)	(1.483.713,9)
Deprec./Amort.	(96.551,2)	(44.718,5)	(141.269,7)	(95.683,6)	(39.994,8)	(135.678,4)
Locação	(59.128,8)	(19.603,8)	(78.732,6)	(60.576,1)	(18.739,7)	(79.315,8)
Manutenção	(77.229,6)	(41.694,3)	(118.923,9)	(75.742,7)	(39.215,5)	(114.958,2)
Comunicação	(73.378,9)	(2.103,6)	(75.482,5)	(80.128,2)	(5.029,1)	(85.157,3)
Serv. Profissionais	(31.889,2)	(47.242,0)	(79.131,2)	(32.395,4)	(54.706,4)	(87.101,8)
Serviços Públicos	(14.159,9)	(14.840,6)	(29.000,5)	(13.418,6)	(14.283,5)	(27.702,1)
Créditos a Receber	0,0	(8.004,4)	(8.004,4)	0,0	(254.048,5)	(254.048,5)
Créditos Tributários	33.256,8	0,0	33.256,8	32.759,0	0,0	32.759,0
Desp. Tributárias	(63,1)	(4.279,0)	(4.342,1)	(0,8)	(4.033,0)	(4.033,8)
Materiais	(25,1)	(4.295,7)	(4.320,8)	(1,7)	(4.683,6)	(4.685,3)
Outras Desp/Rec	(1.546,6)	6.966,4	5.419,8	(2.179,7)	2.098,3	(81,4)
Judiciais	0,0	(186.436,2)	(186.436,2)	0,0	(83.226,6)	(83.226,6)
TOTAL	(1.118.442,7)	(1.201.698,5)	(2.320.141,2)	(1.035.921,5)	(1.291.022,6)	(2.326.944,1)

DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

27.1 – Plano de Previdência Complementar

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado.

27.1.1 – Plano SERPRO I (PS-I)

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 31.03.2013. Em 2016, o PS-I contava com 2.520 participantes saldados ativos e 2.897 participantes assistidos. O plano disponibiliza os seguintes benefícios:

i) participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, velhice e tempo de serviço; de natureza especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação do auxílio-doença, do abono anual e benefício proporcional diferido.

ii) beneficiários: suplementação da pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

O plano conta com patrimônio social de R\$ 2,1 bilhões e equilíbrio técnico deficitário acumulado de R\$ 90 milhões, conforme balancete da EFPC em 31.12.2016.

27.1.2 – Plano SERPRO II (PS-II)

Em 2016, o PS-II, estruturado na modalidade de contribuição variável, contava com 7.825 participantes ativos, definidos no regulamento como Contribuição Definida (CD) e 448 assistidos.

Os recursos acumulados pelos participantes poderão ser convertidos em um dos seguintes benefícios: renda mensal vitalícia; resgate do saldo total e resgate parcial com conversão em renda vitalícia do saldo remanescente. O participante define sua contribuição mensal, que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento do plano.

O objetivo deste plano é oferecer os seguintes benefícios:

i) participantes: renda de aposentadoria; benefício proporcional diferido; renda por invalidez; auxílio-doença e abono anual;

ii) beneficiários: pensão por morte; pecúlio por morte; auxílio-reclusão e abono anual;

iii) designados: pecúlio por morte.

O Plano PS-II conta com patrimônio social de R\$ 3,3 bilhões e equilíbrio técnico superavitário acumulado de R\$ 369 milhões, conforme balancete da EFPC em 31.12.2016.

27.1.3 – Obrigações constituídas

Os instrumentos contratuais associados a essas obrigações contam com saldo devedor de R\$ 9,64 milhões (R\$ 104,8 mil classificados no não circulante), composto dos

seguintes termos de acordo:

- i) dotação inicial, com saldo devedor no valor de R\$ 6,54 milhões;
- ii) parcelamento de diferenças referentes à taxa de contribuição (LC 108/2001) com saldo de R\$ 2,99 milhões;
- iii) parcelamento de aporte financeiro específico, viabilizando a migração dos participantes do PS-I para o PS-II, com saldo de R\$ 109,4 mil.

27.2 – Benefícios pós-emprego

Em 2016, o SERPRO contratou uma consultoria para a emissão de um parecer atuarial (Resolução CFC nº 1.425/13 e NBC TG 33 (R2)), cujas conclusões, consubstanciadas em informações atuariais, contábeis e financeiras da EFPC, constam dos subitens a seguir:

27.2.1 – Com relação ao PS-I

O passivo atuarial líquido (*deficit*) do plano de benefício definido foi remensurado no valor de R\$ 579,3 milhões, com contrapartida negativa de R\$ 723,5 milhões em Outros Resultados Abrangentes. A diferença gerou impacto positivo em resultados de exercícios anteriores (PL) de R\$ 148,2 milhões e negativo no resultado do exercício de R\$ 4,0 milhões (nota 27.2.1.1).

Em R\$	
PS-I - Movimentação de ORA	Saldo em 31/12/2016
Saldo bruto no início do exercício (a)	250.607.614
(Ganho)/Perda apurada ao final do exercício (b) = (c) + (d)	472.896.886
(Ganho)/Perda no valor das obrigações (c)	332.661.327
(Ganho)/Perda nos ativos financeiros (d)	140.235.558
Saldo bruto de ORA no final do exercício (e) = (a) + (b)	723.504.500
Tributos diferidos sobre ORA (f) = (e) x 34%	245.991.530
Saldo líquido de ORA no final do exercício (g) = (e) - (f)	477.512.970
Despesa/(receita) do exercício (h)	4.028.293
Compensação de lucros de exercícios anteriores (i) (nota 27.2.1.1)	(148.240.262)
Saldo do Passivo atuarial no final do exercício (j) = (e) + (h) + (i)	579.292.533

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao estudo atuarial realizado pela patrocinadora. O valor não se confunde com o *deficit* apurado pela EFPC no Plano PS-I (nota 27.1.1). Neste caso, havendo resultado negativo na EFPC, a legislação determina o equacionamento, segundo regras próprias.

27.2.1.1 - Evento subsequente

Em versão conclusiva de parecer atuarial de 2016, datado de 21 de março de 2017, houve atualização do saldo bruto de ORA para R\$ 723,5 milhões, bem como do passivo atuarial líquido para R\$ 579,3 milhões. A diferença (R\$ 144,2 milhões) decorre do reconhecimento positivo de R\$ 148,2 milhões em resultado de exercícios anteriores e do registro de despesas de R\$ 4,0 milhões no resultado de 2016, conforme explicitado em

item específico do referido parecer:

“Cabe ressaltar que até 31/12/2014 a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, pelos critérios estabelecidos pelo CPC 33, indicava um excesso de cobertura de R\$ 123.081 mil, fruto do custeio contributivo e resultados acumulados por longo tempo. O registro contábil desse excesso não é permitido às empresas, enquanto entendido como contingencial. Todavia, para o ajuste adequado à avaliação atuarial, sob o novo cenário de insuficiência do programa pós-emprego, torna-se necessário o aproveitamento e registro do excesso acumulado anteriormente. Assim, o SERPRO, para ajustar seus registros contábeis ao presente laudo atuarial, **deve proceder a reversão dos resultados de exercícios anteriores no valor de R\$ 148.240 mil e o registro do resultado do ano, referente ao custo corrente do programa, no valor de R\$ 4.028 mil.**” (grifo nosso)

Esses fatos se referem a eventos subsequentes ao período contábil que originam ajustes nas demonstrações, pois foram conhecidos após o encerramento do exercício e antes da autorização para emissão das demonstrações, refletindo condição existente no período contábil (NBC TG 24 e NBC TG 33 (R2)).

Conforme o mesmo parecer atuarial, projeta-se o reconhecimento de R\$ 86,0 milhões de despesa para o exercício 2017, a ser apropriado mensalmente.

Destaque-se que não é possível identificar especificamente a qual exercício se refere o valor apontado como excesso de cobertura, pois diz respeito à posição acumulada ao longo da vigência do plano, inviabilizando a reapresentação retrospectiva do ajuste efetuado.

Quanto aos reflexos da compensação dos lucros de exercícios anteriores nas demonstrações contábeis do Serpro, trata-se de reversão efetivamente realizada no exercício de 2016, tendo em vista a data do conhecimento do fato. Por fim, a alteração dos saldos iniciais não representam informação material para a empresa, tendo em vista que não influencia suas decisões, além de não prejudicar a comparabilidade das informações.

27.2.2 – Com relação ao PS-II

Em 2016, foi constatado no parecer atuarial um *superavit* de R\$ 461 milhões no Plano PS-II (BD) (R\$ 475 milhões em 2015). Considerando a regra do teto de ativo (*asset ceiling*), esse *superavit* não deve ser reconhecido no balanço da patrocinadora.

A legislação determina que o *superavit* apurado em um plano BD deve ser ajustado para refletir os efeitos de suas limitações de valor líquido para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Assim, entende-se que o benefício econômico apurado somente poderá ser revertido à patrocinadora após cumpridas todas as exigências legais da previdência complementar e posteriormente à aprovação de todos os órgãos competentes aos quais a EFPC e a patrocinadora estão subordinadas.

27.2.3 – Premissas técnicas

As hipóteses atuariais e financeiras aplicadas na reavaliação atuarial foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência pelo SERPROS e pela consultoria atuarial.

Premissas Biométricas e Financeiras	Plano PS - I	Plano PS - II
<i>Duration</i> calculada	9,48 anos	69,00 anos
Taxa de desconto	6,10% ao ano	6,04% ao ano
Rotatividade	Nula (participantes c/ direito adquirido)	2,5%, de 0-47 anos; 0,5%, a partir de 48 anos, por sexo.
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A ⁽¹⁾	3,2% ao ano
Tábua de mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, por sexo	AT-49, por sexo
Fator de capacidade para benefícios e salários	97,04%	97,04%
Composição familiar	Família real	Família real
Inflação adotada em 2016	10,89% ao ano	10,89% ao ano
Inflação projetada em 2017 Boletim Focus (BACEN)	5,12% ao ano	5,12% ao ano
Rentabilidade esperada para os ativos financeiros	13,47% ao ano	13,47% ao ano

27.3 – Auxílio-alimentação

É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes. No ACT 2016/2017, foi fixado em R\$ 874,04 (R\$ 799,82 no período 2015/2016).

27.4 – Programa de Assistência à Saúde: PAS/SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão, oferecido exclusivamente aos colaboradores e ex empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. Os beneficiários deste plano são divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I – empregados ativos: empregados em efetivo exercício na empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a referência salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

Grupo II – empregados inativos/agregados: os empregados ativos são transferidos do Grupo I ao Grupo II, quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho em razão de licença sem remuneração. Os agregados também são incluídos no plano de acordo com as limitações previstas em regulamento.

Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

A exemplo do benefício de previdência complementar, o PAS/SERPRO oferecido como incentivo aos empregados desligados no APA, também é classificado como

benefício pós-emprego (NBC TG 33 (R2)). Assim sendo, a mencionada consultoria identificou a necessidade de avaliação deste programa, a fim de estimar atuarialmente o valor presente de suas obrigações.

Desde novembro de 2016, por meio de consultoria externa contratada, o SERPRO tem executado estudos atuariais com vistas a aprimorar a gestão do plano de saúde. No caso dos benefícios pós-emprego, relacionados ao PAS/SERPRO para os empregados desligados no APA, a avaliação e o reconhecimento dos impactos ocorrerão nos exercícios futuros.

27.5 – Plano Odontológico

O PAS-ODONTO/SERPRO é oferecido aos empregados e familiares, garantindo o atendimento aos empregados ativos e a seus dependentes cadastrados.

O programa é custeado, de um lado, pelo SERPRO com valor fixo por beneficiário e, de outro, pelo empregado com valor fixo mensal.

NOTA 28 – SEGUROS

A empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos, conforme a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em R\$

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas e Responsabilidade Civil.	R\$ 925.857.507,85
Vida em grupo	Morte Qualquer Causa Indenização especial de morte por acidente (IEA) Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	R\$ 16.000,00 por vida
Veículos	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

NOTA 29 – PARTES RELACIONADAS

29.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.484,41 e R\$ 34.109,93, considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R\$ 8.247,93.

Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 4.477,77 e R\$ 40.230,89, com média de R\$ 15.898,73. Nos casos de cargos diretivos, a remuneração maior foi de R\$ 37.683,86, sendo a menor de R\$ 33.161,80 e a média de R\$ 33.915,48 (Resolução CGPAR nº 3).

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações (RVA), assim como outros benefícios de longo prazo e pós-emprego a seus dirigentes, que não sejam empregados.

NOTA 30 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Os processos que representam contingência ativa, portanto, não reconhecidos contabilmente (NBC TG 25(R1)), são controlados escrituralmente em contas de controle, assim detalhados:

i) tomada de contas especial nº 19863.000075/2001-58 de R\$ 5.826.495,28, que trata de desvio de valores públicos;

ii) tomada de contas especial nº 19863.000074/2001-11 de R\$ 426.236,27, que trata de pagamento indevido, realizado no âmbito do programa de desligamento voluntário.

NOTA 31 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A empresa apresenta a DFC pelo método direto (NBC TG 03(R3)).

NOTA 32 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES**32.1 – Balanço Patrimonial****32.1.1 – Ativo Circulante**

As principais variações são as seguintes:

i) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa (R\$ 196,8 milhões), refletindo o maior recebimento de vendas, ocorrido em dezembro;

ii) redução dos créditos a receber de clientes (R\$ 261,8 milhões) como contrapartida dos mencionados recebimentos;

Houve ainda variação positiva dos créditos tributários (R\$ 31,9 milhões) e dos ressarcimentos de pessoal – PSE (R\$ 42,9 milhões).

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015	Variação	%
Caixa e equivalentes	252.297,8	55.537,9	196.759,9	354
Créditos a Receber de Clientes	134.725,3	396.493,0	(261.767,7)	(66)
Créditos Tributários	164.015,5	132.125,6	31.889,9	24
Ressarcimento de Pessoal	64.406,8	21.548,3	42.858,5	199

32.1.2 – Ativo Não Circulante

As principais variações são as seguintes:

i) aumento de ressarcimento de pessoal (R\$ 1,2 bilhão), o que se deve ao reconhecimento da expectativa de reembolso das provisões trabalhistas e cíveis (nota 11);

ii) aumento de créditos tributários (R\$ 179,7 milhões), referente ao IRPJ e CSLL diferidos das diferenças intertemporais constituídas no período (nota 12).

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015	Variação (16-15)	%
Ressarcimento de Pessoal	1.636.108,0	470.683,2	1.165.424,9	247,6
Créditos Tributários	457.701,5	277.995,9	179.705,6	64,6

32.1.3 – Passivo Não Circulante

As principais variações são as seguintes:

i) aumento das provisões trabalhistas e cíveis (R\$ 1,3 bilhão), face à revisão dos processos judiciais (nota 23);

ii) aumento das obrigações com a EFPC (R\$ 339,7 milhões), devido ao reconhecimento dos benefícios pós-emprego, conforme cálculos constantes de Parecer Atuarial elaborado por consultoria especializada (nota 27.2.1);

iii) aumento das obrigações tributárias (R\$ 38,3 milhões) associadas a parcelamentos administrativos de ISS junto ao fisco do município de São Paulo (nota 19).

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015	Variação	%
Obrigações Tributárias	91.232,7	53.034,6	38.198,1	75,3
Provisões Trabalhistas e Cíveis	1.754.564,2	439.802,6	1.314.761,6	298,9
Plano de Previdência Complementar	579.397,3	239.704,7	339.692,6	141,7

32.1.4 – Patrimônio Líquido

As principais variações são as seguintes:

i) aumento de Outros Resultados Abrangentes (R\$ 329,2 milhões) devido ao reconhecimento dos benefícios pós-emprego, conforme cálculos constantes de Parecer Atuarial, de modo a atualizar o saldo bruto de ORA para R\$ 723,5 milhões (R\$ 477,5 líquido de tributos diferidos) (nota 27.2.1);

ii) aumento de prejuízos acumulados, refletindo de um lado o prejuízo líquido do exercício (R\$ 162,3 milhões) e, de outro, a compensação de R\$ 97,8 milhões de lucros acumulados de exercícios anteriores, decorrente de estudo atuarial (nota 27.2.1).

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015	Variação	%
Outros Resultados Abrangentes	(479.133,2)	(149.896,7)	329.236,5	219,6
Lucros/Prejuízos Acumulados	(309.611,0)	(245.138,6)	64.472,4	26,3

32.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

32.2.1 – Receita Bruta

A expansão anual foi de 12,37%, sobretudo observada nos serviços de processamento de dados (R\$ 253,7 milhões).

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015	Variação	%
Receita Bruta	2.605.219,27	2.318.250,13	286.969,14	12,4
Processamento de Dados	2.193.841,46	1.940.125,94	253.715,52	13,0
Suporte e Assistência Técnica	164.751,69	139.887,76	24.863,93	17,7
Desenvolvimento de Software	214.179,99	204.012,87	10.167,12	4,98
Demais Serviços	32.446,13	34.223,56	(1.777,43)	(5,19)

32.2.2 – Dedução das Receitas

As principais variações são as seguintes:

i) aumento do INSS Patronal (R\$ 67,2 milhões), associado à majoração da alíquota de 2,0% para 4,5%;

ii) redução dos descontos a clientes (R\$ 83,7 milhões), que foram concedidos em caráter excepcional no ano anterior.

32.2.3 – Despesas com Pessoal e Benefícios

As rubricas de remuneração, encargos sociais e benefícios sofreram majoração de 9,28%, face ao ACT 2016/2017. A variação de R\$ 149,5 milhões incorpora os incentivos para fazer frente ao APA (R\$ 47,6 milhões). Deduzindo-se tais incentivos, o percentual de acréscimo das despesas de pessoal reduz-se de 10,1% para 6,9%, inferior, portanto, ao reajuste do ACT.

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015	Variação	%
Despesas com Pessoal e Benefícios	(1.633.173,6)	(1.483.713,8)	(149.459,8)	10
Remuneração	(1.203.154,0)	(1.073.426,7)	(129.727,3)	12
Encargos Sociais	(169.203,0)	(159.942,3)	(9.260,7)	5,8
Benefícios	(170.459,7)	(162.758,6)	(7.701,1)	4,7
Plano de Previdência Complementar	(90.356,8)	(87.586,3)	(2.770,5)	3,1

32.2.4 – Despesas Operacionais

Houve redução de diversas despesas operacionais, sobretudo nos contratos de locação de software (0,8%), comunicação (11,4%) e serviços profissionais contratados (9,2%) e materiais (8,5%), que juntos somam R\$ 18,7 milhões.

32.2.5 – Resultados com Créditos a Receber

A redução de despesa anual desta conta foi de R\$ 246,0, associado ao provisionamento, em 2015, dos créditos em avaliação de direito que se encontram para solução de controvérsia na AGU.

32.2.6 – Resultados com Ações Judiciais

O aumento na despesa anual de R\$ 103,2 milhões reflete o provisionamento de processos judiciais (nota 23).

32.2.7 – Resultado financeiro

Alcançou o resultado negativo de R\$ 37,2 milhões (R\$ 28,3 milhões, em 2015), que resultou da diferença entre as receitas financeiras (R\$ 12,8 milhões) e as despesas financeiras (R\$ 50,1 milhões).

Do lado das receitas, destacam-se os juros sobre créditos tributários (R\$ 5,2 milhões) utilizados na compensação de tributos federais no exercício, recebimento de juros sobre faturas pagas em atraso por clientes (R\$ 2,9 milhões) e descontos obtidos em acordo de dívidas com fornecedores (R\$ 4,7 milhões).

Dentre as despesas financeiras, destacam-se os juros e multas incidentes sobre tributos em atraso (R\$ 39,6 milhões), principalmente INSS patronal e ISS/SP, além dos encargos de inadimplemento junto ao SERPROS no valor de R\$ 9,2 milhões.

Em milhares de R\$

Descrição	2016	2015
Tributos/Encargos	39.557,9	11.377,4
Energia	40,6	92,9
FGTS	379,3	2.069,5
Circuitos	112,8	284,3
Diversos	612,7	147,2
Dividendos	0,0	3.691,6
Saúde/Cassi	190,6	764,5
SERPROS	9.178,1	17.675,8
TOTAL	50.072,1	36.103,2

Maria da Glória Guimarães dos Santos

Diretora-Presidente

André de Cesero

Diretor

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Diretor

Izabel Cristina da Costa Freitas

Diretor

Antônio Luiz Fuschino

Diretor

Iran Martins Porto Junior

Diretor

Ana Maria Mallmann Costi

Contadora CRC – DF 8.894/0-6

Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis

<u>Norma</u>	<u>Assunto</u>	<u>CPC</u>	<u>IASB</u>
NBC TG 26(R3)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	CPC 26 R1	IAS 1
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	CPC 13	
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos	CPC 10	
NBC TG 27 (R3)	Ativo Imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 30	Receitas	CPC 30 R1	IAS 18
NBC TG 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	CPC 09	
NBC TG 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23	IAS 8
NBC TG 24	Evento Subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25(R1)	Provisões , Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25	IAS 37
NBC TG 01(R2)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01	IAS 36
NBC TG 33(R2)	Benefícios a Empregados	CPC 33 R1	IFRS19
NBC TG 32(R2)	Tributos sobre o Lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 03(R3)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03 R2	IAS 7
NBC TG 37(R4)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	CPC 37 R1	IFRS 1

Anexo II – Legislação aplicável

LEI Nº	Data	Assunto
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Instrução Normativa 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
Lei Complementar 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.
Lei Complementar 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Sumário de Siglas e Abreviaturas

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho	ITG – Interpretação Técnica Geral
AFD – Ativo Fiscal Diferido	LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
AGU – Advocacia-Geral da União	MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria	MF – Ministério da Fazenda
BACEN – Banco Central do Brasil	MP – Ministério do Planejamento
BD – Benefício definido	MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
BRGAAP – Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	MPT – Ministério Público do Trabalho
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	NR – Nota de Ressarcimento
CD – Contribuição definida	ORA – Outros Resultados Abrangentes
CFC – Conselho Federal de Contabilidade	PAS-ODONTO/SERPRO – Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	PAS/SERPRO – Programa de assistência à saúde dos empregados do SERPRO
CGU – Controladoria Geral da União	PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CMN – Conselho Monetário Nacional	PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	PFD – Passivo Fiscal Diferido
COJUR – Consultoria Jurídica	PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis	PIS – Programa Integração Social
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	PLR – Participação nos Lucros e Resultados
CSP – Determinação do custo dos serviços prestados	PS-I – Plano SERPRO I
CVM – Comissão de Valores Mobiliários	PS-II – Plano SERPRO II
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa	PSE – Pessoal Serviço Externo
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	Receitanet – Declaração do Imposto de Renda via Internet
DVA – Demonstração do valor adicionado	RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar	RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações
FAE – Fundo de aplicação extramercado comum	SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste	SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica	SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
IEA – Indenização especial de morte por acidente	STF – Supremo Tribunal Federal
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor	STN – Secretaria do Tesouro Nacional
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	TI – Tecnologia da Informação
IPA – Invalidez permanente total ou parcial por acidente	TR – Taxa Referencial
IPC – Índice de Preços ao Consumidor	TST – Tribunal Superior do Trabalho
IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica	VT/SP – Vara do Trabalho de São Paulo
ISS – Imposto sobre Serviços	